

4. Empresas — Registo comercial

LISBOA

LISBOA — 2.ª SECÇÃO

INTERVALORES — SOCIEDADE CORRETORA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção). Matrícula n.º 10399; identificação de pessoa colectiva n.º 504523058; número e data da inscrição: 10/24 de Junho de 2005.

Anita Rute do Nascimento Pires d'Aversa, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção):

Certifica, que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas, da sociedade em epígrafe do ano de 2004.

Está conforme o original.

Lisboa, 5 de Agosto de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Anita Rute do Nascimento Pires d'Aversa*.

Relatório e contas de 2004

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: António Fernando Couto dos Santos.

Conselho de administração:

Presidente: Armando Manuel Carvalho Nunes.

Administradores:

Carlos Alberto Martins Pimenta.

Álvaro Gonçalves Martins Monteiro.

Conselho fiscal:

Fiscal único:

Lampreia & Viçoso, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por José Martins Lampreia.

Suplente:

José Alberto Campos Dias, revisor oficial de contas.

Relatório do conselho de administração

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos da Sociedade, vem o conselho de administração apresentar a VV. Ex.^{as} o relatório de gestão e as contas relativas ao exercício de 2004.

Introdução

Com um ano de novo marcado pela permanente instabilidade internacional, pontuada pelo violento atentado de 11 de Março em Espanha, situação complementada a nível interno pela saída do primeiro ministro eleito em Junho e consequente indefinição política e económica, 2004 não foi mais uma vez um ano favorável ao desenvolvimento de actividades assentes na confiança como são as inerentes ao sector financeiro.

Os mercados voltaram a flutuar com alguma violência na primeira metade do ano, entrando posteriormente numa fase mais estável e positiva que se prolongou até final de 2004.

Os volumes continuaram relativamente baixos, sendo de salientar a crescente deterioração a este nível da Euronext Lisboa, situação que preocupa cada vez mais os operadores nacionais. Espera-se que, com a definição política resultante das eleições legislativas portuguesas em Fevereiro, a economia nacional retome a sua *performance* positiva de um passado não muito longínquo, contribuindo decisivamente

para a recuperação da confiança dos agentes económicos e consequente aceleração do crescimento económico.

Gestão de activos

No final do ano de 2004 o montante sob gestão individual de activos em Portugal ascendeu a 25 Bn euros, evidenciando um saudável crescimento de 21% face ao ano anterior.

O número de concorrentes existentes no mercado manteve-se estável, existindo 46 entidades financeiras registadas na CMVM autorizadas a exercer esses serviços, das quais 16 eram instituições de crédito e apenas cinco sociedades corretoras.

A Intervalores Sociedade Corretora, S. A., apesar dos seus apenas dois anos de actividade, subiu mais três lugares no ranking da Gestão de Activos, passando do 33.º lugar para o 30.º, logo a seguir ao Banco Alves Ribeiro, sendo a 2.ª entre as sociedades corretoras, logo atrás da Fincor.

	2004	2003	Var. percentagem)
Activos sob gestão	BnE 25,6	BnE 21	21,4
Número de concorrentes	46	46	—
Intervalores no <i>rank</i>	30.º	33.º	—

Corretagem

Durante o ano de 2004 o valor negociado pelos intermediários financeiros registados na CMVM ascendeu a 255 Bn euros, um crescimento inferior a 6% face ao ano anterior, com cerca de 90% do negócio a ser transaccionado ao nível das instituições de crédito.

O número de concorrentes a actuar no mercado era, no final do ano, de 40, menos três do que no final do ano anterior.

Ao nível das sociedades corretoras, o número de concorrentes continuou a decair, cotando-se agora em apenas oito entidades. Os resultados consolidados do sector voltaram a ser negativos, agravando-se em cerca de 23% durante o ano de 2004, com os capitais próprios das empresas a caírem mais 20%, situação que faz prever a continuação da redução no número de concorrentes nacionais a actuar no mercado nos próximos anos.

Ao nível das sociedades financeiras de corretagem o panorama é semelhante, com os capitais próprios a caírem 32% durante o ano agora findo. Também aqui o número de concorrentes voltou a reduzir-se, com apenas seis sociedades a manterem-se activas no final do ano.

Nesta área de negócio a Intervalores reforçou a sua equipa de sala, começando claramente a surgir no mercado como um dos *players* que vieram para ficar, facto que é reforçado pelo facto de ser uma das poucas sociedades portuguesas, a actuar nesta área, que apresenta de forma permanente e consistentemente crescentes resultados líquidos positivos.

Da sociedade

Após uma situação de reorganização financeira e accionista, desenvolvida no final do exercício de 2002, em que a equipa adquiriu a maioria do capital social da sociedade, e depois do ano de consolidação deste novo quadro em 2003, a Intervalores Sociedade Corretora, S. A., continuou em 2004 a desenvolver o seu bem definido, sereno e sólido projecto de longo prazo.

Neste âmbito, a sociedade não só manteve o seu objectivo de rentabilidade accionista como conseguiu ir melhorando de forma consistente, acabando o ano com um crescimento de 55% na facturação e de 43% nos resultados líquidos, abrindo assim caminho a uma possível antecipação da Fase II do seu projecto de longo prazo.

Já próximo do final do ano, a empresa estabeleceu um acordo de colaboração com uma prestigiada Seguradora de produtos, nomeadamente no que respeita à oferta na área de gestão de patrimónios ligados a complementos de reforma.

Durante o ano de 2004, a empresa beneficiou ainda do reporte de prejuízos fiscais, acumulados na fase anterior à actual administração, devendo no entanto esse valor ficar totalmente amortizado durante

o exercício de 2005, sendo de esperar que inicie o pagamento de IRC perto do final do ano à taxa normal em vigor.

Em face dos ambiciosos objectivos de longo prazo, o conselho de administração propõe que os resultados positivos do exercício, no valor de 117 170,38 euros, sejam levados a reserva legal 11 719,35 euros e 105 451,03 euros a resultados transitados.

À data de 31 de Dezembro, a sociedade não detinha quaisquer acções próprias, nem mantinha quaisquer dívidas em mora ao sector público estatal.

O conselho de administração da Intervalores Sociedade Corretora, S. A., gostaria ainda de agradecer o apoio proporcionado pelo fiscal único, bem como a colaboração recebida de todos os seus fornecedores, entidades bancárias e oficiais.

Lisboa, 31 de Janeiro de 2005. — O Conselho de Administração: *Armando Manuel de Carvalho Nunes*, presidente — *Álvaro Gonçalves Martins Monteiro*, vogal — *Carlos Alberto Martins Pimenta*, vogal.

Anexo ao relatório de administração

1 — Artigo 447.º, n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais

Lista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização que, na data de encerramento do exercício social, eram detentores de títulos da sociedade:

Armando Manuel Carvalho Nunes, presidente:

Em 31 de Dezembro de 2003 possuía 42 577 acções.

ENERAMB (representada por Álvaro Gonçalves Martins Monteiro):

Em 31 de Dezembro de 2003 possuía 14 490 acções.

Carlos Alberto Martins Pimenta:

Em 31 de Dezembro de 2003 possuía 3280 acções.

Álvaro Gonçalves Martins Monteiro (em representação da Eneramb):

Em 31 de Dezembro de 2003 possuía 3280 acções.

2 — Artigo 448, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais

Lista dos accionistas que, na data de encerramento do exercício social, eram titulares de pelo menos um décimo do capital:

Armando Manuel Carvalho Nunes — 42 577 acções.

Miguel Patriarca Ramalho — 17 327 acções.

ENERAMB — 14 490 acções.

Lista de presenças da assembleia geral de 24 de Março de 2005

Nome	Número de acções
Armando Carvalho Nunes	42 577
Miguel Patriarca Ramalho	17 327
ENERAMB	14 490
Manuel Sousa e Holstein	6 999
MONAF	6 999
Alexandre Arriaga e Cunha	4 201
José Arriaga e Cunha	4 201
António Luzio Lourenço	4 200
Jocolgest L. ^{da}	4 200
Maria Conceição Freitas	4 200
Wobby Slotboom	4 200
Álvaro Martins Monteiro	3 280
Carlos Martins Pimenta	3 280
Alberto Marques Lopes	2 800
Carlos Ferreira de Sousa	2 800
José Barreto Troni	2 800
José Maria Lima Raposo	2 800
Rui Saraiva	2 800
Armando da Silva Nunes	2 100
Diamantino da Silva Nunes	2 100
João Pedro Paixão	1 400
Nuno Amorim de Campos	123
Patrícia Amorim de Campos	123
<i>Total</i>	140 000

O Conselho de Administração: *Armando Manuel de Carvalho Nunes*, presidente — *Álvaro Gonçalves Martins Monteiro*, vogal — *Carlos Alberto Martins Pimenta*, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 2004

ACTIVO

	2005		2004	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 874	—	2 874	2 826
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	646 762	—	646 762	554 870
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	—	—	—	—
4 — Créditos sobre clientes	—	—	—	—
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	5 300	—	5 300	4 491
a) Obrigações e outros títulos de rendim. fixo — de emissores públicos	5 300	—	5 300	4 491
b) Obrigações e outros títulos de rendim. fixo — de outros emissores	—	—	—	—
(Dos quais obrigações próprias)	—	—	—	—
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	—	—	—	—
7 — Participações	—	—	—	—
8 — Partes de capital em empresas coligadas	—	—	—	—
9 — Imobilizações incorpóreas	113 996	66 421	47 575	38 043
10 — Imobilizações corpóreas	468 975	178 836	290 139	239 284
(Dos quais imóveis)	95 993	17 309	78 684	88 283
11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	—	—	—	—
13 — Outros activos	76 727	—	76 727	4 497
15 — Contas de regularização	396 654	—	396 654	401 659
16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	—
<i>Total do activo</i>	1 711 288	245 257	1 486 031	1 245 670

PASSIVO

	2004	2003
1 — Débitos para com instituições de crédito	—	—
a) À vista	—	—
b) A prazo	—	—
2 — Débitos para com clientes	—	—
a) Depósitos de poupança	—	—
b) Outros débitos	—	—
ba) À vista	—	—
bb) A prazo	—	—
3 — Débitos representados por títulos	—	—
a) Obrigações em circulação	—	—
b) Outros	—	—
4 — Outros passivos	510 927	422 595
5 — Contas de regularização	324 818	309 959
6 — Provisões para riscos e encargos	—	—
a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
b) Outras provisões	—	—
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	—	—
8 — Passivos subordinados	—	—
9 — Capital subscrita	700 000	700 000
10 — Prémios de emissão	109 640	109 640
11 — Reservas	8 171	—
12 — Reservas de reavaliação	—	—
13 — Resultados transitados	— 304 695	— 378 231
14 — Lucro do exercício	117 170	81 707
<i>Total do passivo</i>	1 466 031	1 245 670

Rubricas extrapatrimoniais

	2004
1 — Passivos eventuais:	
Cauções e activos dados em garantia:	
Sistema de indemnização aos investidores	5 300
1 — Compromissos:	
Sistema de indemnização aos investidores	10 470

O Conselho de Administração: *Armando Manuel de Carvalho Nunes*, presidente — *Álvaro Gonçalves Martins Monteiro*, vogal — *Carlos Alberto Martins Pimenta*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Domíngos Rosário Campos*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004

DÉBITO

	2004	2003
A) Custos		
1 — Juros e custos equiparados	1 159	—
2 — Comissões	177 085	92 196
3 — Prejuízos em operações financeiras	—	—
4 — Gastos gerais administrativos	554 457	370 161
a) Custos com pessoal	265 595	167 465
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	223 165	128 020
(— encargos sociais)	39 833	29 888
Dos quais:		
(— com pensões)	—	—
b) Outros gastos administrativos	288 861	202 696

(Em euros)

	2004	2003
5 — Amortizações do exercício	92 485	66 928
6 — Outros custos de exploração	4 381	1 788
7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido a para outros riscos	—	—
8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
10 — Resultado da actividade corrente	122 451	83 194
11 — Perdas extraordinárias	4 910	622
13 — Impostos sobre lucros	2 434	1 042
14 — Outros impostos	410	221
15 — Lucro do exercício	117 170	81 707
<i>Total</i>	<u>954 491</u>	<u>614 665</u>

CRÉDITO

	2004	2003
B) Proveitos		
1 — Juros e proveitos equiparados	3 374	6 827
Dos quais:		
De títulos de rendimento fixo	155	152
2 — Rendimento de títulos	—	—
a) Rendimento de acções, de quotas e outros títulos de rendimento variável	—	—
b) Rendimento de participações	—	—
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	—	—
3 — Comissões	947 154	607 382
4 — Lucros em operações financeiras	1	30
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	—	—
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	—	—
7 — Outros proveitos de exploração	1 489	28
8 — Resultado da actividade corrente	—	—
9 — Ganhos extraordinários	2 473	398
11 — Prejuízo do exercício	—	—
<i>Total</i>	<u>954 491</u>	<u>614 665</u>

O Conselho de Administração: *Armando Manuel de Carvalho Nunes*, presidente — *Álvaro Gonçalves Martins Monteiro*, vogal — *Carlos Alberto Martins Pimenta*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Domingos Rosário Campos*.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em euros)

	2004	2003
Actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	950 528	614 208
Juros e comissões pagos	— 178 244	— 92 196
Pagamento a empregados	— 265 595	— 167 464
Pagamentos a fornecedores	— 288 861	— 202 696
<i>Resultados operacionais antes de alteração nos fundos operacionais</i>	<u>217 828</u>	<u>151 852</u>
Aumentos/diminuições dos activos operacionais:		
Créditos sobre instituições de crédito	—	—
Outros activos operacionais	— 67 225	15 475
Títulos de investimento	— 809	— 469
Outras receitas	3 963	58
Aumentos/diminuições de passivos operacionais:		
Débitos para com clientes	—	—
Outros passivos operacionais	102 841	— 868 492
Impostos e outros custos e prejuízos	— 9 701	— 2 631
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais</i>	<u>246 897</u>	<u>— 704 207</u>

(Em euros)

	2004	2003
Actividades de investimento:		
Imobilizações incorpóreas — compra	— 31 041	—
Imobilizações corpóreas — compra	— 138 915	— 162 676
Imobilizações corpóreas — venda	15 000	28 000
Actividades de financiamento:		
Realização de capital	—	—
Prémio de emissão	—	—
Aumento/diminuição líquido em caixa e seus equivalentes	91 941	— 838 883
Caixa e seus equivalentes no início do período	557 695	1 396 578
Caixa e seus equivalentes no fim do período	649 636	557 695
	91 941	— 838 883

O Conselho de Administração: *Armando Manuel de Carvalho Nunes*, presidente — *Álvaro Gonçalves Martins Monteiro*, vogal — *Carlos Alberto Martins Pimenta*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Domingos Rosário Campos*.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003 e 2004

(Valores expressos em euros)

Introdução:

A Intervalores — Sociedade Corretora, S. A., foi constituída em 11 de Maio de 2000, encontrando-se registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção), sob o número de matrícula 10399.

A sociedade tem por objecto a intermediação em valores mobiliários e outras actividades permitidas por lei às sociedades Corretoras.

As demonstrações financeiras obedecem aos princípios contabilísticos enunciados no Plano de Contas do Sistema Bancário e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

As notas às contas seguem a ordem exigida pelo Plano de Contas do Sistema Bancário pelo que relativamente aos pontos omissos, nada há a declarar.

Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos:

Os custos e proveitos foram registados quando se vencem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os títulos da carteira própria estão contabilizados ao valor de aquisição. O valor do desconto quando da compra, é imputado a proveitos de uma forma escalonada até à maturidade do respectivo título.

A moeda estrangeira está valorizada ao câmbio do dia 31 de Dezembro de 2004.

Nas amortizações do imobilizado corpóreo foram utilizadas as taxas máximas admitidas para efeitos fiscais, tendo-se considerado que o imobilizado incorpóreo é amortizável em três anos. Nas aquisições efectuadas a partir de 2003, segura-se o mesmo princípio dos anos anteriores, considerando-se no entanto somente os duodécimos correspondentes à sua utilização.

10 — Inventário de títulos e participações financeiras:

Os títulos que constituem os valores indicados na alínea *a)* do n.º 5 estão dados em caução ao SII — Sistema de Indemnização aos Investidores, e são os seguintes:

Títulos — investimento	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação (percent.)	Valor de balanço
De rendimento fixo — de emissores públicos nacionais:					
Obrigações do Tesouro — Julho de 2003-2006	5 300	—	—	100,25	5 300

11 — Movimentos e saldos do activo imobilizado:

	Saldo em 2003		Aumentos/aquisições	Amortiz do exerc.	Abates/amortiz.	Abates ou transferência	Valor líquido em 31 de Dez. de 2004
	Valor bruto	Amortiz. acumuladas					
Imobilizado incorpóreo:							
Despesas de estabelecimento	26 975	22 642	—	4 333	—	—	—
Custos plurianuais	2 223	1 482	—	741	—	—	—
Software	53 757	20 787	13 494	16 436	—	—	30 028
Imobilizado corpóreo:							
Imóveis — obras em imóveis arrendados	95 992	7 710	—	9 599	—	—	78 683
Equipamento	214 867	103 068	87 269	55 299	2 917	19 201	165 887
Equipamento — <i>leasing</i>	—	—	51 646	6 077	—	—	45 569
Imobilizações em curso:							
Imobilizações incorpóreas	—	—	17 547	—	—	—	17 547
Imobilizações corpóreas	39 201	—	—	—	—	39 201	—
	433 015	155 689	169 956	92 485	2 917	20 000	337 714

23 — Compromissos:

Os compromissos assumidos encontram-se relevados em contas extrapatrimoniais e são os seguintes:

Responsabilidades para com o SII — Sistema de Indemnização aos Investidores	10 470
Títulos depositados	13 152 672
Valores administrados pela instituição	13 740 591
Títulos dados em caução ao SII — Sistema de Indemnização aos Investidores	5 300

27 — Contas de regularização:

Os valores apresentados são distribuídos pelas seguintes rubricas.

	2004	2003
Activo:		
Despesas com custo diferido	8 854	3 292
Proveitos a receber	115 290	131 377
Economato	2 893	4 274
Contas de regularização — operações de bolsa a regularizar	266 163	262 378
Diversas operações a regularizar	3 454	338
	<u>396 654</u>	<u>401 659</u>
Passivo:		
Custos a pagar — custos com pessoal	33 742	21 978
Outros custos a pagar	22 816	—
Contas de regularização — operações de bolsa a regularizar	260 237	262 378
Diversas operações a regularizar	8 023	25 603
	<u>324 818</u>	<u>309 959</u>

29 — Movimento nas contas de capitais próprios:

As contas de capitais próprios tiveram o seguinte movimento:

	Saldo em 31 de Dez. de 2003	Aumentos	Transfe- rências	Saldo em 31 de Dez. de 2004
Capital subscrito	700 000	—	—	700 000
Resultados transitados	— 378 231	73 536	—	— 304 695
Resultado do exercício:				
Exercício de 2003	81 707	—	81 707	—
Exercício de 2004	—	117 170	—	117 170
Reserva legal	—	8 171	—	8 171
Reservas — prémio de emissão	109 640	—	—	109 640
	<u>513 116</u>	<u>198 877</u>	<u>81 707</u>	<u>630 286</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, o capital social era representado por 140 000 acções de valor nominal de cinco euros cada uma, encontrando-se integralmente realizado.

31 — Outros activos e passivos:

O valor da rubrica 13 do activo, 76 727 euros, corresponde a 1791 de IRC a recuperar, 2854 de imobilizações financeiras — (Correios 560 e Lispoma 2294) e 72 082 de devedores diversos. O valor da rubrica 4 do passivo, decompõe-se como segue:

Credores:

Fornecedores em regime locação financeira	46 754	Valor exigido no vencimento das prestações.
Outros fornecedores	14 920	Pagamento só exigível em Janeiro de 2005.
Credores por op. sobre valores mobiliários	428 883	Valores de clientes disponíveis para realização de op. de bolsa.
Outras exigibilidades	20 370	Impostos retidos na fonte, segurança social e IVA a entregar em 2004.
	<u>510 927</u>	

34 — Os trabalhadores ao serviço da sociedade em 31 de Dezembro de 04, correspondem a sete trabalhadores , em regime de contrato sem termo, e um em regime de estágio.

35 — As remunerações liquidadas aos órgãos de administração e fiscalização totalizaram 82 255 euros.

36 — A empresa está autorizada a desenvolver a actividade de gestão de carteiras por conta de outrem , atingindo em 31 de Dezembro de 2004 o valor de 13 740 591 euros.

37 — Os montantes globais do activo e passivo expressos em moeda estrangeira convertidos para a moeda euros, são os seguintes:

	USD	Euros
Activo	113 154	83 540
Passivo	95 574	70 514
Líquido	17 580	13 026

38 — Os proveitos registados na rubrica B1 da demonstração dos resultados, correspondem ao mercado interno.

39 — Outros custos e proveitos:

Os valores apresentados nas rubricas, 6 — outros custos de exploração, 11 — perdas extraordinárias, 7 — outros proveitos de exploração e 9 — ganhos extraordinários, são compostos como segue:

Custos:

Outros custos e prejuízos	4 381
Menos-valias na real. val. imob.	2 083
Multas e outras penalidades legais	120
Outras perdas extraordinárias	2 707

Proveitos:

Ganhos relativos a exercícios anteriores	2 473
Outros proveitos e lucros	1 489

41 — Imposto sobre rendimento:

A sociedade está sujeita à tributação em sede de IRC e correspondente derrama. No entanto, não foi calculado qualquer imposto ou derrama em virtude de a empresa ter prejuízos fiscais a reportar referente a exercícios anteriores, não se apurando por esse efeito matéria colectável no exercício. O valor correspondente ao IRC de tributação autónomas totaliza 2434 euros.

O Conselho de Administração: *Armando Manuel de Carvalho Nunes*, presidente — *Álvaro Gonçalves Martins Monteiro*, vogal — *Carlos Alberto Martins Pimenta*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Domingos Rosário Campos*.

Relatório dos revisores oficiais de contas

1 — *Introdução*. — Nos termos do estabelecido no n.º 2 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais e do Regime dos Revisores Oficiais de Contas, cumpre-nos apresentar, o relatório anual sobre a fiscalização efectuada às demonstrações financeiras da vossa sociedade no decurso do exercício de 2004.

2 — *Âmbito*. — Procedemos à revisão legal da sociedade Intervalores — Sociedade Corretora, S. A., e ao exame das suas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2004, de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias.

Em consequência do exame efectuado, emitimos certificação legal das contas, com data de hoje, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

3 — *Trabalhos efectuados*:

Assim efectuámos diversos procedimentos, designadamente:

3.1 — Acompanhámos a actividade da empresa através da informação financeira, de reuniões havidas com os seus responsáveis e contactos com os serviços;

3.2 — Apreciámos a adequabilidade e uniformidade das políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa e que se encontram divulgadas no Anexo;

3.3 — Verificámos a conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e os respectivos Anexos, com as normas contabilísticas nacionais aplicáveis e com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;

3.4 — Analisámos com a frequência e extensão que considerámos necessárias nas circunstâncias a informação financeira divulgada e

sobre a qual efectuámos, de entre outros, os seguintes testes substantivos:

- Análise e testes das conferências bancárias;
- Análise das imobilizações tendo, para o efeito, efectuado testes aos principais movimentos que ocorreram ao longo do exercício;
- Análise e teste dos vários elementos de custos e perdas registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
- Verificação da situação fiscal;
- Análise dos acontecimentos subsequentes à data de referência do exercício.

4 — *Informações complementares*:

4.1 — Solicitámos a declaração de responsabilidade;

4.2 — Examinámos o relatório da Intervalores — Sociedade Corretora, S. A., e constatámos a sua conformidade com as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2004.

5 — *Opinião*. — Conforme o referido no ponto 2 dá-se como reproduzido o conteúdo da certificação legal das contas.

Lisboa, 8 de Março de 2005. — *Lampreias Viçoso* — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Martins Lampreia*.

Relatório e parecer do fiscal único

Srs. Accionistas:

Nos termos legais e estatutários cumpre-nos apresentar o relatório da nossa acção fiscalizadora bem como o parecer sobre as contas e relatório de gestão elaborados pelo conselho de administração da sociedade Intervalores — Sociedade Corretora, S. A., referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

1 — *Relatório*:

1.1 — No decurso do exercício acompanhámos a actividade da empresa através da informação contabilística e dos esclarecimentos recolhidos junto da administração e dos serviços;

1.2 — No desempenho das nossas funções efectuámos as conferências e verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e comprovámos a adequabilidade dos critérios valorimétricos;

1.3 — Não tomámos conhecimento de qualquer situação que pusesse em causa os preceitos legais aplicáveis e o contrato de sociedade;

1.4 — Na nossa qualidade de revisores oficiais de contas emitimos documentos sobre a fiscalização efectuada, entre os quais se destaca a certificação legal das contas, que deverá ser enquadrada no contexto deste relatório;

1.5 — Após o encerramento das contas, procedemos à apreciação do relatório de gestão elaborado pelo conselho de administração que traduz a situação da sociedade.

2 — *Parecer*:

Assim, e como resultado da informação recebida e das verificações efectuadas, somos de parecer que:

- Sejam aprovados o relatório do conselho de administração e as contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004;
- Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 8 de Março de 2005. — O Fiscal Único: *Lampreias Viçoso* — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Martins Lampreia*.

Procuração

Aos 8 dias do mês de Abril de 2002, no 24.º Cartório Notarial de Lisboa, perante mim, Rui Manuel Domingues de Almeida, segundo-ajudante deste Cartório, compareceram como outorgantes: José Alberto de Faria Xerez, casado com Maria da Graça de Faria Xerez no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, residente na Rua Actor Isidoro, 4, 2.º frente, em Lisboa; e Carlos Maria Falcão Trigo da Cunha, casado com Leonor Vale de Castro da Cunha no regime de separação de bens, natural da freguesia de Santa Engrácia, Lisboa, residente na Calçada das Lages, 17, em Lisboa. Outorgam na qualidade de administradores, em

nome e representação da sociedade comercial anónima denominada Intervalores — Sociedade Corretora, S. A., com sede na Rua Latino Coelho, 37 A/B, em Lisboa, freguesia de São Sebastião da Pedreira, pessoa colectiva n.º 504523058, com o capital social de 250 000, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 10399, verifiquei a qualidade e respectivos poderes pela certidão emitida pela dita Conservatória do Registo Comercial datada de 26 de Julho de 2001.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos seus bilhetes de identidade n.º 1387490, emitido em 27 de Maio de 1992, pela Direcção-Geral dos Registos e Notariado de Lisboa e n.º 311498, emitido em 8 de Novembro de 1999, pela referida Direcção-Geral.

E por eles foi dito: que pelo presente instrumento, na qualidade em que outorgam, constituem procuradores da sociedade sua representada: Miguel Patriarca Ramalho, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, Lisboa, residente na Avenida Helena Vieira da Silva, 46, 2.º esq., em Lisboa, contribuinte fiscal n.º 194274209; e Domingos do Rosário Campos, casado, natural de Salgueiro do Campo, Castelo Branco, residente na Rua Luís de Camões, 11, 1.º esq., Portela, Loures, contribuinte fiscal n.º 103170332.

A quem conferem os poderes para qualquer deles, em conjunto com um administrador da sociedade, praticarem em nome e representação da mesma, os seguintes actos: celebrar quaisquer contratos ou acordos, tendo em vista a regularização de créditos da Intervalores — Sociedade Corretora, S. A., que se encontrem em dívida, podendo receber quaisquer bens como dação em pagamento de créditos da Intervalores — Sociedade Corretora, S. A.; celebrar contratos e assinar documentos tendo em vista a constituição de garantias reais ou pessoais a favor da Intervalores — Sociedade Corretora, S. A.; assinar cheques, ordenar transferências e dar ordens de pagamento; assinar correspondência relativa às referidas operações, contando que relacionada com os poderes que lhe são conferidos; promover, praticar e assinar tudo o mais preciso ou conveniente ao exacto desempenho do presente mandato, designadamente junto das conservatórias do registo predial e comercial, repartições de finanças e quaisquer repartições públicas ou organismos oficiais, requerendo, praticando e assinando tudo o que necessário se torne para os fins indicados; assinar todos os documentos necessários à transmissão de valores mobiliários, ou consequentes da sua correcta e efectiva transmissão, com exclusão dos que sejam propriedade da Intervalores — Sociedade Corretora, S. A.; celebrar quaisquer contratos com clientes, fornecedores e prestadores de serviços. Mais lhe conferem ainda, os poderes para, isoladamente, praticarem em nome e representação da sociedade todos os actos de mero expediente.

Assim o disseram e outorgaram.

Foi feita e leitura desta procuração e lido e explicado o seu conteúdo em voz alta aos outorgantes na sua presença.

O Segundo-Ajudante, *José Alberto de Faria Xerez*.

Acta n.º 9 da assembleia geral

No dia 24 de Março de 2005, reuniram os accionistas da sociedade Intervalores — Sociedade Corretora, S. A., com o capital social de 700 000 euros, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 10 399, titular do cartão de identificação de pessoa colectiva n.º 504523058, na sua sede social da Rua Dr. António Cândido, 10, 3.º, em Lisboa.

Estavam presentes ou representados todos os sócios titulares da totalidade das acções representativas de capital social, conforme lista de presenças que se anexa à presente acta.

A reunião foi presidida pelo presidente da mesa da assembleia geral, Eng. António Fernando Couto dos Santos e secretariado pelo Dr. António Fernando Pacheco Castilho Labisa, secretário da mesa.

Assistiu à sessão o Dr. José Martins Lampreia em representação do fiscal único.

O presidente verificou que estavam presentes ou representados todos os accionistas e informou que a assembleia só podia reunir nos termos do disposto no artigo 58.º do Código das Sociedades Comerciais desde que todos os accionistas presentes manifestassem a vontade de que a assembleia reunisse, se constituísse e validamente deliberasse sobre determinadas matérias.

Seguidamente os accionistas presentes decidiram por unanimidade que a assembleia se reunisse, se constituísse e validamente deliberasse sobre a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Deliberar sobre a eleição dos órgãos sociais para o quadriénio de 2004-2007;

2.º Deliberar sobre a ratificação de todos os actos praticados pelo conselho de administração desde 29 de Março de 2004 até à presente data;

3.º Deliberar sobre o relatório do conselho de administração e as contas do exercício de 2004;

4.º Deliberar sobre o destino a dar aos resultados do exercício findo;

5.º Apreciação geral da administração e da fiscalização da sociedade.

Entrando-se de imediato na discussão do ponto 1 da ordem de trabalhos, o presidente informou os presentes que tinha sido apresentada uma proposta no sentido da recondução dos actuais órgãos sociais.

Posta a proposta à votação, foi a mesma deliberada favoravelmente por unanimidade.

Assim, ficaram eleitos para o quadriénio 2004-2007, os seguintes órgãos sociais:

Conselho de administração:

Presidente do conselho de administração: Dr. Armando Manuel de Carvalho Nunes.

Administrador: Eneramb — Consultores de Energia, Tecnologia e Ambiente, L.da, representada pelo Prof. Dr. Álvaro Gonçalves Martins Monteiro.

Administrador: Eng. Carlos Alberto Martins Pimenta.

Assembleia geral:

Presidente: Eng. António Fernando Couto dos Santos.

Secretário: Dr. António Fernando Pacheco Castilho Labisa.

Fiscal único:

Lampreia & Viçoso — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por José Martins Lampreia.

Passou-se então ao ponto 2 da ordem do dia, tendo o presidente informado os presentes de que tinha sido apresentada uma proposta para ratificação de todos os actos e decisões tomadas pelo conselho de administração cessante, e ora reconduzida, desde 29 de Março de 2004 até à presente data.

Posto assunto à discussão, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Passando ao ponto 3 da ordem do dia, o presidente colocou à discussão e à aprovação o relatório do conselho de administração e as contas do exercício os quais foram aprovados por unanimidade. Seguiu-se o ponto 4 da ordem de trabalhos, no âmbito do qual foi aprovada por unanimidade a proposta do conselho de administração da sociedade no sentido do resultados positivos do exercício no valor de 117 170,38 euros serem levados a reserva legal pelo valor de 11 719,35 euros e à conta de resultados transitados pelo remanescente, valor de 105 451,03 euros.

Entrando-se no 5.º e último ponto da ordem de trabalhos, foi apreciada e reconhecida por unanimidade a prestação positiva da administração e da fiscalização da sociedade e de cada um dos seus membros.

Nada mais havendo tratar, o presidente dei por encerrada a sessão agradecendo a participação de todos os presentes.

(Sem Assinaturas.)

2009912110

LISBOA — 4.ª SECÇÃO

COMPANHIA GERAL DE CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção). Matrícula n.º 1587; identificação de pessoa colectiva n.º 500844321; número e data da inscrição: 3858/16 de Junho de 2003.

Maria da Graça Bicho Martins, segunda-ajudante, da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção):

Certifica que foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2002 e consolidadas.

Está conforme o original.

Lisboa, 14 de Junho de 2004. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*.